

Tabela 7 – Justificativas positivas ou neutras dos entrevistados pela avaliação do Governo Estadual do Rio de Janeiro

Opinião	%	Nº
(Não sabe)	28	17
“A atuação é normal” ou “Nem melhorou, nem piorou”	10	6
“Combate à crime no Rio”, etc.	7	4
“Está trabalhando”	5	3
“Incentivou o Porto Logístico de Barra do Furado”	5	3
“Melhorou” ou “melhorou um pouco”	3	2
“Vale Refeição”	2	1
“O seguro-defeso”	2	1
Totais	62	37

Tabela 8 – Justificativas negativas dos entrevistados pela avaliação do Governo Estadual do Rio de Janeiro

Opinião	%	Nº
“O Farol é esquecido”, “O governo estadual faz nada aqui”, etc.	30	18
“Não ajuda aos pescadores”	7	4
“A corrupção”	2	1
Totais	39	23

5.3. Indicadores de reconhecimento do valor dos pescadores

Dentro do total dos entrevistados, 63% (n=38) disseram que pescadores marinhos não são valorizados, 35% (n=21) consideram pescadores valorizados e 1 entrevistado não soube responder. Entre as justificativas, a observação mais frequente (n=22) envolveu a percepção de insuficientes infraestruturas e/ou investimentos para a pescaria no Farol, como a falta de barra, cooperativa, posto de combustível etc., às vezes com referência explícita a royalties “que não chegam ao Farol”. Seis pescadores justificaram a percepção de baixa valorização dos pescadores com exemplo do baixo preço por quilo que seu produto atrai no mercado do Farol. Por outro lado, seis pescadores se sentem valorizados pela coragem necessária para realizar a atividade, atributo reconhecido pela sociedade. Em contrapartida, quatro pescadores se sentem desvalorizados pela sociedade, que não reconhece sua atividade como profissão ou considera-os “inferiores” ou “sujos”. Três entrevistados citaram melhorias ou aspectos positivos do tratamento que pescadores recebem de autoridades públicas para justificar sua posição, como menos apreensões de equipamento, mais visitas etc. Outras justificativas citadas apenas uma vez incluíram melhorias realizadas na sede da colônia, a importância econômica

que a atividade tem na região, prejuízos causados pelo defeso de camarão, o desejo que muitos têm para deixar a atividade, a dificuldade de conseguir empréstimos e o sentimento que o Superporto “desrespeitou a atividade”.

Quanto aos outros indicadores que poderiam envolver reconhecimento do valor da categoria, 85% (n=51) relataram que nunca tiveram contato com as empresas que estão investindo na região; 15% (n=9) afirmaram que tiveram. Entre estes, cinco citaram empresas ligadas ao Grupo EBX (*i.e.*, LLX, OSX e OGX) e quatro citaram a Petrobras.

Entre os entrevistados, 91% (n=55) responderam que não foram procurados por representantes de qualquer governo. 5 (9%) responderam o contrário. Destes 5, 2 tiveram contato com representantes do Ministério da Pesca. Houve também registros de contato com representantes de Petrobras, Projeto TAMAR (IBAMA), o Ministério Público sobre o Plano Municipal do Gerenciamento da Orla (n=1 para cada entidade).

52 dos entrevistados (87% do total) afirmaram que não se sentissem beneficiados pelo CPIA. Quando perguntados sobre uma justificativa dessa resposta, os pescadores responderam que simplesmente não havia motivo para se sentirem beneficiados. Por outro lado, 8 pescadores (12%) se sentiram beneficiados pelo CPIA. Justificativas para este grupo incluíram o sentimento que o empreendimento estimularia a economia da região futuramente.

52 pescadores (87% do total) disseram que, antes do início das obras do CPIA, não houve oportunidades de registrar opiniões sobre o futuro da região, enquanto sete pescadores (12%) disseram que houve e um pescador não soube responder. Dos 7 pescadores que tiveram tais oportunidades, 5 citaram reuniões da Colônia Z-19, sem especificar mais detalhes, um citou uma reunião que teria acontecida no Clube Náutico do Farol e um citou uma pesquisa de opinião feita entre pescadores na praia. O pescador que não soube responder se justificou, dizendo que na época ele ainda não morava no local.

Trinta e cinco (58%) também acham que atualmente não há oportunidades para pescadores registrarem suas opiniões sobre o futuro da pesca na região; 16 (27%) acham que há oportunidades e 9 pescadores (15%) não souberam responder. Entre os homens que achavam uma falta de oportunidade, oito entrevistados destacaram a assimetria de poder entre os pescadores e as forças e opiniões a favor do CPIA. Respostas incluíram

sentimentos como “a classe poderosa não quer isso”, “não valorizam a opinião dos pescadores”, “só veem o lado deles” e “pescadores não têm estudo para fazer isso”. Para sete dos entrevistados, os pescadores “não têm uma boa representação” e/ou a Colônia Z-19 não facilita registros deste tipo. Mais sete atribuíram dificuldades em registrar opiniões a desunião entre os pescadores ou na colônia. Dois entrevistados afirmaram uma falta de mecanismos para registrar opiniões e outros dois responderam que “o Farol está abandonado”. Entre as pessoas afirmando a existência de oportunidades para opinar, nove pescadores consideraram esta possibilidade através da Colônia Z-19, um afirmou a frequente realização de audiências públicas no bairro e um disse que nunca quis se envolver com isso. 38% (n=23) não souberam justificar sua resposta anterior.

Os dados descritos acima acerca de reconhecimento do valor dos pescadores estão relacionados na Tabela 9.

Tabela 9 – Indicadores do reconhecimento de valor dos pescadores

Pergunta	Sim		Não		Não Sabe	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Os pescadores marinhos são valorizados?	35	21	63	38	1	1
Há oportunidades para registrar opiniões sobre o futuro do Farol?	27	16	58	35	-	-
Teve contato com empresas investindo na região?	15	9	85	51	-	-
Se sente beneficiado pelo CPIA?	13	8	87	52	-	-
Houve oportunidades para registrar opiniões antes do início das obras do CPIA?	12	7	87	52	1	1
Já foi procurado por representante do governo?	9	5	91	55	-	-

5.4. Indicadores de participação

A pesquisa utilizou 5 indicadores para medir o grau de participação nas tomadas de decisão que afetam a região onde atuam os pescadores. 50% (n=30) afirmaram participar com frequência das reuniões da Colônia de Pescadores Z-19, enquanto 35% (n=21) não participam e 15% (n=9) assistem às reuniões “às vezes” (Tabela 10). Entre os motivos que justificaram a participação, 18 entrevistados ofereceram respostas que enfatizaram a necessidade de se manter informado e/ou a opinião que tais reuniões possibilitem melhorias para a categoria. Quinze pescadores justificaram sua frequência dizendo que assistir às assembleias é o dever dos associados. Por outro lado, 18 entrevistados justificaram sua não ou pouca frequência em opinar que estes eventos “não valem a pena”, são realizados à noite antes dos pescadores saírem cedo para

trabalhar ou que o entrevistado não tem tempo para as assembleias. A Tabela 11 mostra todas as opiniões que norteavam a decisão de comparecer ou faltar nas assembleias da Colônia Z-19.

Tabela 10 -Participação nas assembleias da Colônia de Pescadores Z-19

Pergunta	Sim		Não		Às vezes	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Você frequenta as assembleias da Colônia Z-19?	50	30	35	21	15	9

Tabela 11 – Justificativas pela resposta sobre a participação nas assembleias da Colônia de Pescadores Z-19

Resposta	%	Nº
“Não valem a pena”, “não tenho tempo”, “a Z-19 não quer ajudar”, etc.	30	18
“Para ficar inteirado”, “para melhorar as coisas”, etc.	30	18
“Eles chamam e eu vou” ou “é a obrigação dos associados”, etc.	25	15
“Não sou associado, então não posso participar”, etc.	8	5
“Não são realizadas com frequência” ou “não são bem divulgadas”	3	2
“Conflitos com a direção”	2	1
(Não sabe)	2	1
Totais	100	60

O questionário perguntou se a participação em eleições, reuniões, audiências públicas, etc. poderia influenciar as decisões que afetam a pesca na região. Quarenta e um entrevistados (68%) disseram que “não”, 22% (n=13) disseram que “sim”, e 10% (n=6) não sabiam. Entre as justificativas afirmando a inutilidade de participação, 30 entrevistados deram explicações que se resumem em alienação geral com o processo. Exemplos incluíram “só comunicam o que já foi decidido,” “as empresas só buscam seus próprios interesses”, “só prometem (ou conversam) e não fazem nada”, “os pescadores são esquecidos”, referências ao baixo poder socioeconômico da categoria, etc. Outra justificativa para quem não via a utilidade de participação parece culpar os próprios pescadores: um pescador citou “a falta de união da classe de pescador” e outro disse que os pescadores “não valorizam a isso”. Entre as justificativas afirmando a utilidade de participação, 4 pescadores afirmaram disposição das empresas empreendedoras a mudar, 2 pescadores se basearam a resposta em experiência em reunião com a Petrobrás, 2 disseram que as empresas “ouvem” e “dão oportunidades para falar”, um opinou que “unidos isso é possível”, e um justificou sua resposta pelas visitas de políticos e candidatas a cargos políticos à região. 4 dos pescadores que

disseram “não sei” nunca participaram de reunião ou audiência pública. Ademais, 7 pescadores não souberam justificar sua resposta anterior.

Vinte e nove pescadores (48%) afirmaram não conhecer associação de moradores no Farol de São Tomé, e 47% (n=28) conheciam pelo menos uma. 95% (n=57) não participavam de associação deste tipo; apenas 3 pescadores participavam.

A fim de quantificar o engajamento em processos eleitorais, o questionário perguntou a cada pescador os nomes do Prefeito de Campos dos Goytacazes e do Governador do Estado do Rio de Janeiro. Em relação à Prefeita Rosinha Garotinho, 88% (n=53) citaram seu nome corretamente, um feito que 12% (n=7) não fizeram. Quanto ao Governador Sérgio Cabral, 57% (n=34) citaram o nome; 43% (n=26) não citaram.

Os resultados no tocante à participação no processo político decisório aparecem na Tabela 12.

Tabela 12 – Indicadores do grau de participação dos pescadores no processo político decisório

Pergunta	Sim		Não		Não Sabe	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Conhece o nome do Prefeito de Campos dos Goytacazes?	88	53	12	7	-	-
Conhece o nome do Governador do Estado do Rio de Janeiro?	57	34	43	28	-	-
Conhece alguma associação de moradores no Farol de São Tomé?	47	28	48	29	5	3
A participação em eleições, reuniões e audiências públicas pode influenciar as decisões que afetam a pesca na região?	22	13	68	41	10	6
Você participa de alguma associação de moradores?	95	57	5	3	-	-

5.5. Percepções acerca de impactos do CPIA na pesca

Trinta e três entrevistados(55%) não detectaram transtornos atribuídos ao CPIA nas suas atividades pesqueiras até a data da pesquisa; 40% (n=24) disseram ter detectado impactos e 5% (n=3) não souberam responder. Entre os pescadores que afirmaram transtornos em função do CPIA ou que não souberam, a zona de exclusão ao redor do CPIA foi citada 17 vezes, a percepção que a maré sofreu alterações, resultando em fenômeno conhecido entre os pescadores como “maré seca”, foi citada 9 vezes, e relatos atribuindo rendimentos menores de camarão a dragagens e/ou alterações do espaço

biofísico do Farol foram citados 8 vezes. Contaminação do mar por navios também foi citada (n=2).

Em contrapartida, no futuro, 88% (n=53) acreditam que a pesca sofrerá transtornos provenientes do CPIA, versus 7% (n=4) que não acreditam, e 5% (n=3) que não souberam responder. A Tabela 13 contém os dados em relação aos transtornos para a pesca já detectados e previstos. Entre os pessimistas e os pescadores que não souberam responder, disputas espaciais marítimas, com navios de grande porte, ou disputas espaciais terrestres (*i.e.*, desapropriações), foram citadas 24 vezes. Ademais, riscos ao ecossistema em função de dragagens apareceram 9 vezes, impactos em função de acidentes ou vazamentos de navios ou do próprio CPIA apareceram 8 vezes e, como resultado dos quebra-mares (e/ou piers) e perfurações, apareceram 2 vezes cada. O relatório de todos os impactos do CPIA previstos pelos pescadores está na Tabela 14.

Tabela 13 – Percepções dos entrevistados sobre impactos do CPIA na pesca

Pergunta	Sim		Não		Não sei	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
O CPIA causará transtornos na pesca marinha?	88	53	7	4	5	3
Já detectou transtornos na pesca em função do CPIA?	40	24	55	33	5	3

Tabela 14 – Transtornos futuros do CPIA previstos pelos pescadores

Previsão	%	Nº
Disputas espaciais no âmbito marinho e/ou terrestre	44	24
Dragagens ocasionando alterações no ecossistema	17	9
Acidentes ou vazamentos de navios ou infraestruturas do CPIA	15	8
(Não sabe)	11	6
Quebra-mares e/ou piers ocasionando desequilíbrio no ecossistema	4	2
Perfurações acarretando a fuga de espécies	4	2
Detritos despejados por navios danificando redes de arrasto	2	1
Invasores biológicos em água de lastro provocando desequilíbrios	2	1
Barulho de motores de navios acarretando a fuga de espécies	2	1
Totais	100	54

Capítulo 6

Discussão



Figura 14 – Venda do pescado no ‘Lugar da Pedra’

6.1. O perfil da população entrevistada

Como mencionado no último capítulo, um entrevistado típico no presente estudo seria um homem de 41 anos de idade, com apenas 4 anos de educação formal e 23 anos de experiência na pesca. Ele não teria outra fonte de renda além da pesca nem experiência em outras atividades e, se tiver, seria em trabalhos braçais, como servente de construção civil. Estes dados são compatíveis com os resultados de Feres (2010) em pesquisa realizada entre os pescadores do Farol de São Tomé. Esta pesquisadora constatou 79% dos entrevistados acima de 30 anos de idade, 51% dos entrevistados sem estudos ou com estudos até o 5º ano e 69% com mais de 15 anos de experiência na pesca. Além do mais, 87% dos pescadores entrevistados por Feres também não exerciam outra atividade além da pesca e, quando os pescadores tinham outras habilidades profissionais, foram em trabalhos manuais, como construção, carpintaria, lavoura etc.

Neste sentido, a população de pescadores no Farol de São Tomé se caracteriza como um grupo com bastante vulnerabilidade social. Feres constatou que 80% dos pescadores têm filhos e, segundo o presente estudo, 82% têm a pesca como a única fonte de renda nas suas famílias. Como muitos são chefes de família, os pescadores são responsáveis

financeiramente por outros. Adicionalmente, seu baixo nível de escolaridade, sua experiência limitada em outras atividades e a falta de cursos profissionalizantes registrada no presente estudo (92% dos pescadores não fizeram curso em área além da pesca), principalmente face à idade da população, se traduz em opções limitadas caso for necessário mudar de profissão.

Pesquisas acerca de desemprego podem indicar dificuldades elevadas caso os pescadores não possam exercer a profissão. Estudos indicam que a saúde mental de pessoas desempregadas sofre mais quando estas são homens de meia idade (WARR; JACKSON; BANKS, 1988) e que a perda de emprego paterno ocasiona várias dificuldades nos filhos (MCLOYD, 1989). Paralelamente, um estudo sobre a empregabilidade da população local para atividades relacionadas ao CPIA destacou a importância de mãos de obra qualificadas para tais atividades (KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010), sinalizando um cenário problemático para os pescadores.

Helliwell e Putnam (1995), estudando comunidades italianas, constatou uma correlação entre renda e capital social adquirido através de redes sociais (famílias, amigos, conhecidos, organizações etc.) e outros estudos registram os transtornos que a perda de capital social pode provocar (SHAW et al., 2005). No campo da Psicologia Ambiental, pesquisas sobre o apego ao lugar (*placeattachment*) têm investigado as consequências negativas que a perda de lugar acarreta para a identidade (BROWN; PERKINS, 1992; FELIPPE; KUHNEN, 2012). Portanto, frente à baixa oferta de empregos no bairro do Farol, uma eventual mudança de lugar de residência por este motivo provocaria impactos negativos na vida dos pescadores.

6.2. O grau de equidade nas relações sociais

Embora haja divergências na literatura sobre uma definição universal do conceito ‘equidade social’, no âmbito de administração pública geralmente se reconhece que equidade lida com a questão de para quem a organização é bem gerenciada e eficiente e para quem os serviços são entregues (FREDERICKSON, 2010). Esta consideração ganha importância ao refletir que o Município de Campos dos Goytacazes é o município que mais recebe royalties e arrecadou cerca de dez bilhões de reais nos dez anos antes do estudo (BARROS; IKEDA, 2012).

Entretanto, uma análise das medidas compensatórias em benefício dos pescadores do Farol de São Tomé sugere poucas intervenções de impacto significativo. Por exemplo, 78% dos pescadores disseram receber o seguro de desemprego de um salário mínimo durante o defeso de camarão entre 1 de março e 30 de maio. Muitos perguntaram o autor se ele conseguiria prover sua família durante 3 meses com apenas R\$ 622,00 por mês. Ademais, é importante destacar o fato de que, devido a problemas documentais, mudanças de residência e/ou conflitos com a direção da Colônia de Pescadores Z-19, 22% dos pescadores não recebem sequer este benefício; no estudo de Feres (2010), 33% não recebiam o seguro de desemprego.

O fato de que apenas 8% dos pescadores fizeram curso profissionalizante em uma área além da pesca tem implicações para além de habilidades para mudar de profissão em si, pois representa uma falta de investimentos em recursos humanos por autoridades públicas, principalmente frente à reconfiguração socioambiental que deverá ocorrer na região em função das políticas de desenvolvimento promovidas. Se a prognóstica da futura inviabilidade da pesca, feita pela grande maioria dos pescadores, se tornar realidade, a oferta de cursos profissionalizantes realizados no local representaria uma das medidas com maior custo-benefício que governantes poderiam tomar.

Os resultados indicam que a maioria dos pescadores (65%) aprova o desempenho da Colônia de Pescadores Z-19. Todavia, a maior parte das justificativas para esta opinião entre os entrevistados favoráveis à colônia mencionou seu papel facilitador na obtenção de documentos e o seguro de desemprego durante o defeso. Portanto, visto que os pescadores desembolsam R\$ 15,00 para a mensalidade da colônia, a Z-19 efetivamente cobra, pelo menos em parte, para a execução de serviços que o governo é obrigado a realizar gratuitamente. Por isso, o Artigo 2º, inciso IV da Lei 10.779/03, que obrigava a associação de pescadores a colônias e a entrega de documentos ao Ministério de Trabalho para a concessão do seguro-defeso, foi julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 30 de outubro de 2008 (AGÊNCIA BRASIL, 2008). Porém, embora entidades governamentais possam melhorar este quadro, os direitos referentes à aquisição do seguro-defeso não são divulgados entre os pescadores e as dificuldades burocráticas representam desafios significativos para a categoria.

É importante registrar o fato de que a única medida compensatória realizada pelo Grupo EBX em prol dos pescadores do Farol de São Tomé envolveu a compra e a

reforma da sede da Z-19. Isto está em contraste agudo com as compensações aos pescadores realizadas em São João da Barra onde, além de investimentos na Colônia de Pescadores da Barra de Açu, estão sendo realizadas a construção de um entreposto pesqueiro, a custo de dois milhões de reais, a implantação de sala de informática, consultas odontológicas gratuitas e projetos focados na educação, capacitação e contratação de pescadores (LLX, 2012a). Neste sentido, o único investimento feito no Farol pode parecer beneficiar apenas um seleto grupo da comunidade pesqueira, um fato que poderia explicar o descontentamento dos 18 entrevistados que reclamaram de inação da colônia e tratamento desigual dos pescadores.

Esta sensação de cooptação da Colônia Z-19 por empresas do Grupo EBX pode estar exacerbada pelas necessidades concretas expressas por um grande número de pescadores e o fato de que tais exigências não estão sendo realizadas e não fazem parte dos anúncios no site da Z-19. Os pescadores reclamam do preço que pagam pelo óleo diesel utilizado nos seus barcos, que é vendido mais caro no Farol do que nos postos dos bairros de Goytacazes e de Campos dos Goytacazes, e muitos afirmam que o volume do combustível recebido costuma faltar em 5-10%. Portanto, 9 entrevistados reivindicaram uma fonte do combustível mais barata no bairro do Farol, medida que, se for realizada, poderia reduzir os custos diários dos pescadores em pelo menos 10%.

Outra dificuldade enfrentada pela categoria é a necessidade de vender seu pescado imediatamente após o desembarque. Isso deixa os pescadores à mercê dos “atravessadores” que ocupam o mercado de peixe onde o produto é leilado. Por não existir frigorífico ou entreposto no local, os pescadores são obrigados a vender mesmo quando o preço é injusto. De fato, segundo pescadores, espécies como corvina (*Bairdiellaronchus*) (Figura 15) e Papa terra (*Prochilodusnigricans*) são comumente vendidos por R\$ 0,30 a 0,50 por quilo na Praia do Farol em função disso e 1 kg do camarão desembarcado apenas vale entre R\$ 4,50 e R\$ 6,00. Portanto, 9 pescadores opinaram que a colônia deveria ajudar no estabelecimento de infraestrutura deste tipo.



Figura15 - Corvina (*Bairdiellaronchus*) (Fonte: guiapescadepraia.com.br)

De acordo com Di BENEDITTO⁷, para aumentar os lucros dos pescadores, duas medidas são fundamentais: a redução do número de atravessadores no caminho entre os pescadores e os consumidores e o aproveitamento dos subprodutos gerados pela pesca. Desde 2007, a Cooperativa Arte Pesca em São João da Barra, por exemplo, confecciona e vende linguiças, empanados e hambúrgueres utilizando peixe e camarão como a matéria-prima, além de produzir bijuterias com as escamas de peixe (ARAÚJO, 2009). Há evidências de alto valor nutritivo de rações para animais provenientes de resíduos de pescado (FORSTER; BABBITT; SMILEY, 2004) e de camarão (CRUZ-SUÁREZ et al., 1993). Além do mais, o exoesqueleto de camarão é uma importante fonte do polissacarídeo quitina, que tem diversas aplicações em agricultura, indústrias, medicina e biomedicina (PERCOT; VITON; DOMARD, 2002).

Finalmente, a falta de barra ou cais no Farol resultou na prática de empurrar e puxar as embarcações pesqueiras por dentro e fora do mar com o auxílio de tratores, como foi descrito em Capítulo 3. Esta prática não só acarreta uma despesa diária de R\$ 50,00-

⁷DI BENEDITTO, A. P. (Entrevista em 19 de out., Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro). Comunicação pessoal, 2012.

60,00, provoca desgastes e danos aos barcos que aumentam o custo da manutenção dos mesmos enquanto diminuindo seu valor de revenda. Aumenta também o risco físico dos profissionais da pesca, pois, segundo relatos, houve casos de morte e ferimento ao sair do mar do Farol. Quatro pescadores indicaram esta necessidade como política que a colônia poderia promover. Embora todas as exigências estipuladas demandem investimentos significativos, é importante citar ambos o poder econômico do Grupo EBX, dirigido pelo bilionário Eike Batista, e as receitas municipais de Campos dos Goytacazes, que são auxiliadas por royalties petrolíferos de aproximadamente 40-50 milhões de reais mensais, royalties que somente existem para o município devido à costa da Praia do Farol.

Quanto às infraestruturas que faltam ao bairro, a grande maioria dos entrevistados citaram mais do que um exemplo, e várias pescadores registraram o sentimento de que “falta tudo”, até quebra-molas (Figura 16). Quase metade dos pescadores identificaram problemas no sistema de saúde, como a falta de hospital e escassez de médicos e remédios, como o maior problema de infraestrutura. Esta situação é agravada pelo fato de que o bairro se encontra uma hora do Hospital Ferreira Machado em Campos, o hospital de atendimento de emergência mais próximo, principalmente para pescadores que podem sofrer acidentes uma ou mais horas da costa.



Figura 16 – Quebra-mola improvisado no bairro Vila dos Pescadores

As notas de “1” a “10” para o governo municipal variaram muito, com 20 avaliações acima de “5”, 20 avaliações abaixo de “5”, 17 avaliações de “5” e 3 pessoas que não

souberam responder. Hollingworth(1910) identificou um “efeito de tendência central” na percepção de estímulos visuais e, desde então, este fenômeno tem sido estendido para outras áreas de percepção (PRESSEY, 1967). Esta teoria afirma que avaliações tendem a se concentrar na região central de uma escala, o que poderia explicar a grande quantidade de avaliações. Entretanto, o governo da Prefeita Rosinha Garotinho obteve uma média de 4,8 e uma tendência central (*mid-range*) de 3,3, através da média entre a soma dos maiores e menores valores (10 e 0). Neste sentido, o nível de aprovação foi baixo, principalmente quando se considera que menos de seis meses após a aplicação do questionário a Prefeita foi reeleita no primeiro turno com 69,96% dos votos do município (ALVES, 2012). Embora não muito satisfeitos com a prefeita, os pescadores tiveram facilidade em citar seu nome em relação ao governador do estado (88% e 57%, respectivamente).

Para justificar sua avaliação da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, os pescadores reclamam do estado da saúde pública, dizendo que serviços nesta área, como tantos outros, só recebem melhoras durante os meses do verão quando milhares de pessoas chegam dos bairros centrais de Campos. Os entrevistados opinaram que os investimentos em eventos culturais, como espetáculos de música, eventos esportivos e apresentações infantis, não são destinados para melhorar a vida dos moradores do Farol, apenas a dos veranistas que chegam do centro urbano do município. Segundo estes relatos, durante o período entre o final de fevereiro e o meado de dezembro o Farol é “esquecido”. Portanto, como a equidade social foi definida como a distribuição de serviços públicos e implantação equitativa de políticas públicas (NORMAN-MAJOR, 2011), o bairro do Farol de São Tomé e os pescadores estão em desvantagem.

Característica da visão municipal do bairro do Farol de São Tomé, o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro foi divulgado em audiência pública em 22 de setembro de 2012 no bairro do Farol. Segundo as políticas divulgadas, a orla de Campos seria “reorganizada”, com a retirada dos quiosques e dos barcos de pesca e a segregação dos trechos de praia em diferentes atividades de lazer, como banhos de mar, pesca esportiva, e a utilização de motos aquáticas e *banana boats*(MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2012). Quanto à retirada das atividades pesqueiras profissionais, quando questionado sobre o futuro local para a atracação, manutenção e construção das embarcações, o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Wilson Rodrigues Cabral,

respondeu que a frota pesqueira terá um lugar ‘dentro do município’ e ‘próximo à divisa com Quissamã’, mas não especificou exatamente onde, mesmo quando pressionado.

Portanto, embora bastante reduzido em grau, é possível discernir nas atitudes e políticas do Município de Campos dos Goytacazes um paralelo à desapropriação forçada dos agricultores que ocorreu no 5º Distrito de São João da Barra para a construção do Distrito Industrial de São João da Barra, as instalações terrestres do CPIA (FREITAS; OLIVEIRA, 2012), sentimento que foi explicitado por vários pescadores. Em outras palavras, os moradores do Farol temem que eles possam perder controle dos recursos do local ou até ser expulsos, possibilidade agravada pelo processo valorativo nos bens imobiliários da região em função da implantação do CPIA e o desenvolvimento colateral que o mesmo atrai.

Consistente com tal prognóstico é a falta de medidas compensatórias criadas pelo governo de Campos e direcionadas à comunidade pesqueira ou aos residentes do Farol face às transformações decorrentes do CPIA.

A reclamação de que “o Farol é abandonado” também se estende ao governo estadual. Neste caso, o “efeito de tendência central” parecia persistir, com 13 avaliações de “5”. Todavia, a média de avaliações foi de 4,9 e o valor *mid-range* foi de 2,7.

6.3. O reconhecimento do valor dos pescadores

Os resultados indicam que a maioria dos pescadores não concorda que “os profissionais da pesca marinha são valorizados no Brasil”, e a justificativa mais citada trata da sensação já mencionada de abandono em relação ao poder público. Na esfera social, embora a coragem dos pescadores seja reconhecida, pelo menos ocasionalmente, muitos os consideram “sujos” e “pobres”. Ademais, uma tendência de desconfiar da veracidade das afirmações de pescadores, estudada em Ponta Grossa dos Fidalgos (NETO; VOGEL; VALPASSOS, 2008), se resume popularmente na expressão - “*Isso é conversa de pescador!*”. E, segundo os relatos de pescadores do Farol, o campo de “pescador” nem sempre consta entre as profissões listadas nos softwares utilizados por agências bancárias.

Em consonância com a percepção de baixa valorização, apenas 5 dos 60 entrevistados afirmaram ter tido contato com empresas do Grupo EBX. Segundo estes pescadores, tal contato teria acontecido “em reuniões”. Entretanto, o baixo número de

pescadores que afirmaram contato com os empreendedores do CPIA em sessão pública lança dúvida sobre a veracidade da declaração. Ditty e Rezende (2013), em pesquisa realizada entre pescadores que assistiram a audiências públicas no Farol, encontraram falhas na habilidade de corretamente identificar os empreendedores que participaram de tais reuniões. De fato, não há registros de audiências públicas ou reuniões realizadas no Farol de São Tomé com a presença de empresas do CPIA até à data do presente trabalho. As únicas reuniões entre pescadores do Farol e o Grupo EBX envolveram o Programa da Educação Ambiental (PEA-OGX), medida compensatória estipulada pelo IBAMA por atividades de perfuração na Bacia de Campos, realizadas na sede da Z-19 em 19 de março de 2011, 4 de julho de 2012 e 25 de outubro de 2012.

No total dos entrevistados, 52 pescadores disseram que não houve oportunidades para o registro de opiniões antes do início das obras do CPIA em outubro de 2007. Entre os outros 8 pescadores, 5 disseram que houve oportunidades em reuniões da Colônia Z-19, 1 citou reunião realizada no Clube Náutico do Farol de São Tomé, 1 citou pesquisa direta feita entre pescadores na praia do Farol e 1 não soube responder, pois morava em outro local. Todavia, a audiência pública que foi realizada no Clube Náutico em 6 de novembro de 2010 contou com representantes da Petrobrás e IBAMA e teve na pauta impactos relacionados à exploração de gás e petróleo no Campo do Roncador, Bacia de Campos (FAROL NOTÍCIAS, 2010).

Embora não caiba ao presente estudo discutir todas as irregularidades já documentadas no processo de licenciamento do CPIA, é importante salientar algumas características do processo que impediram a participação plena do público. Neste sentido, um relatório técnico afirma que:

A escolha por fracionar o grande complexo portuário em uma extensa lista de “obras complementares”, adjuntas e interligadas em seus objetivos, caracteriza a primeira fragilidade do processo do licenciamento. O tratamento diferenciado de cada parcela do empreendimento, com seu próprio processo de licenciamento—porto, unidades siderúrgicas, termoeletricas, modais industriais, infraestrutura, mineroduto e mina—reduz a dimensão do conjunto dos impactos, bem como dificulta a identificação do conjunto das áreas e populações atingidas (ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 2011, p. 24).

Outro obstáculo de audiências, de modo geral, segundo Zhouri(2008), é que “as Audiências Públicas acontecem tardiamente, quando decisões já foram tomadas” (p.

103). No caso do CPIA, apesar do início das obras ter ocorrido em outubro de 2007 (TECNOLOGÍSTICA ONLINE, 2012), a primeira audiência realizada foi em São João da Barra, em agosto de 2009 (ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 2011) e subsequentes audiências somente aconteceram em 2010 e 2011 e nunca na comunidade do Farol. Este fato demonstra que os poderes públicos não reconheceram o valor de atores sociais com fortes interesses econômicos em risco.

A maioria dos entrevistados (58%; n=35) também afirmaram a inexistência de oportunidades para registrar opiniões sobre o futuro da região. Este ponto de vista teve como a maior justificativa a desigualdade de poder que existe entre os profissionais da pesca e os empreendedores e as autoridades públicas que apoiam o CPIA. É importante refletir que, durante a aplicação do questionário, Eike Batista, dono de 61% das ações do Grupo EBX, era o homem mais rico do Brasil (FORBES, 2012), cujo poder no país só perdia para a Presidente Dilma Rousseff (BLANKFELD, 2010). De fato, Dilma Rousseff se encontrou com Eike Batista no CPIA (Figura 17). Concomitantemente, o projeto tem o apoio do Governo Federal, através de empréstimos bilionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por pertencer ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através de isenções fiscais, licenciamentos ambientais, desapropriações etc. e dos governos municipais da região, que invocaram discursos de desenvolvimento e enfatizaram a geração de empregos (DE OLIVEIRA, 2012). Este último fato pode ter influenciado o alto nível de otimismo registrado na região (KURY et al., 2010), colocando grande parte da população em conflito com os profissionais da pesca.



Figura 17 – Eike Batista e a Presidente Dilma Rousseff no Centro de Visitantes do CPIA (Fonte: Ilx.com.br)

O indicador com mais capacidade de demonstrar o reconhecimento do valor dos pescadores através das políticas públicas nas três esferas de poder público (federal,

estadual e municipal) se relaciona com a percepção do benefício do CPIA para a categoria. Neste item 87% dos pescadores (n=52) disse não esperar benefício algum do empreendimento. Neste sentido, apesar do discurso oficial amplamente divulgado sobre a criação de empregos e crescimento econômico na região e dos comentários circulando no Farol sobre a possibilidade de empregos futuros com o Grupo EBX como marinheiros, os pescadores não consideram que os planos desenvolvimentistas escolhidos para o Norte Fluminense trarão melhorias para sua classe e suas atividades. Assim como a decisão de implantar o CPIA não respeitou os interesses dos pescadores do Farol de São Tomé, o valor dos mesmos, nem das suas atividades, foi reconhecido.

6.4. A participação dos pescadores nas tomadas de decisões

Os resultados indicam que os pescadores não participam, de forma significativa, no processo político decisório que molda o mundo em que vivem. Embora seja verdade que metade dos pescadores disseram frequentar as assembleias da Colônia Z-19, apenas 5 elucidaram com clareza a importância de tais eventos, com respostas afirmando o papel das assembleias em aumentar o poder político da categoria e de mantê-la unida e inteirada. Dentro do grupo pesquisado, 16 dos que frequentaram as reuniões, porém, justificaram sua participação nas assembleias com falas como “eles chamam e eu vou” ou “é o dever dos pescadores”, sugerindo um papel pouco ativo para os associados que comparecem às reuniões. De fato, esta hipótese parece ser confirmada pelo sentimento expressado por grande número dos não frequentadores das assembleias, pescadores que alegaram improdutividade das reuniões e que estes eventos “não valem a pena”.

Uma possibilidade que poderia explicar a baixa participação nos assuntos da Colônia Z-19 se relaciona com o grau de satisfação com o *status quo*. Segundo Macedo e Assensoh(2005), de modo geral, a não participação de um cidadão pode indicar satisfação com os governantes. No entanto, os entrevistados no presente estudo ofereceram diversos exemplos de atuações que a colônia deveria fazer, mas não faz.

Além das reuniões da Colônia Z-19, os outros indicadores da categoria mostram ainda menos participação e/ou confiança dos pescadores na possibilidade de efetuar mudanças através de eleições, reuniões, audiências públicas e associações de moradores. Neste sentido, porém, o pífio nível de participação dos profissionais da pesca não pode ser contemplado isoladamente. De fato, se a comunidade pesqueira realmente é “esquecida” por governantes, empresários, representantes profissionais e a

sociedade maior, como os outros aspectos do presente estudo mostraram, o mais lógico resultado seria desconfiança, alienação, apatia e afastamento do processo decisório. Foi por isso que, para Schlosberg (2004, p. 519, tradução minha), a baixa participação, ao mesmo tempo, é a causa e o fruto de problemas de equidade e de reconhecimento, pois “se você não for reconhecido, você não participa”.

Neste sentido, a baixa participação dos pescadores também se relaciona com questões de equidade, já que a participação é resultado das estruturas políticas locais e regionais (MACEDO; ALEX-ASSENSOH, 2005). Segundo estes autores, a iniquidade social é grande barreira à participação. O Artigo 206 da Constituição Federal do Brasil (1988) garante o direito à educação gratuita e ‘de qualidade’(inciso VII); educação, por sua vez, é considerada um dos pré-requisitos para participação (GLASS, 1979).

6.5. O futuro da pesca marinha na costa de Campos dos Goytacazes

Embora apenas 40% dos pescadores tivessem detectado mudanças atribuídas ao CPIA até à data da pesquisa, 88% acreditam que o empreendimento acarretará alterações na sua esfera de trabalho. Ademais, enquanto alguns citaram preocupações com alterações ao ecossistema marinho em função de dragagens, vazamentos, a construção de estruturas etc., outros se mostraram preocupados com disputas espaciais decorrentes das transformações socioeconômicas e reconfigurações do uso da terra e do mar.

Por conseguinte, as previsões feitas pelos próprios pescadores sobre o futuro da pesca no município de Campos dos Goytacazes são altamente correlacionadas aos prognósticos oferecidos pelos especialistas consultados para esta pesquisa: Dr^a Ana Paula Di Benedetto, em ciências ambientais e a pesca de camarão, Dr. Arthur Soffiati, em ecologia e história do Norte Fluminense, e Rosa Maria Castelo Branco, Chefe do Escritório Regional do IBAMA. Este fato remete aos estudos etnobiológicos que constatarem altos graus de competência no conhecimento ecológico local (LEK, em inglês) de profissionais da pesca (COSTA NETO; DIAS; MELO, 2008; DREW, 2005; SILVANO; VALBO-JØRGENSEN, 2008), considerando LEK, ciência e manejo como sistemas de conhecimento paralelos e interligados (MURRAY; BAVINGTON; NEIS, 2005) e refutando a visão de que estes indivíduos sejam “coitados” e privados de capital humano.

De fato, há motivos para a preocupação oriundos da sua própria região; mais especificamente, a Baía de Guanabara no Estado do Rio de Janeiro, onde dois membros de uma associação de pesca foram mortos em julho de 2012. Segundo reportagens, o motivo para estas mortes e dois outros assassinatos de pescadores nos últimos três anos, seria disputa por áreas de pesca exacerbada pelas atividades petrolíferas e as resultantes zonas de exclusão na baía(COIMBRA, 2012). Na mesma baía, após um vazamento de óleo que resultou em danos à pesca que duraram vários anos, os pescadores apenas recebiam indenizações por dois meses consecutivos (ACSELRAD; MELLO, 2002).

Ademais, existem sinais de degradações em curso no 5º Distrito de São João da Barra, onde o CPIA está sendo implantado. A constatação de um agudo e rápido processo de salinização de solo e de água (Figura 18), amplamente atribuído à construção do aterro hidráulico do CPIA com areia proveniente do mar, levou o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a iniciar um processo de verificação das licenças ambientais concedidas pela Inea, destacando falhas neste processo de licenciamento (NOGUEIRA, 2013a). Dado este fato e o grande número de críticas, com base em estudos científicos, dirigidas ao processo de licenciamento do CPIA, teme-se que os passivos ambientais se multipliquem.



Figura 18 – Sinais de salinização no 5º Distrito de São João da Barra (Fonte: pedlowski.blogspot.com.br)

6.6. Considerações finais

Segundo o Grupo EBX, todos seus projetos se baseiam no modelo de Gestão Integrada do Território (GIT), abordagem que adiciona o pilar de ‘cultura’ aos pilares de ‘economia’, ‘meio ambiente’ e ‘sociedade’ tradicionalmente associados com o conceito de sustentabilidade (EBX, 2011). Ademais, segundo este modelo, o conceito de território engloba todo o espaço tridimensional existente (terrestre, marinho e atmosférico)(DIAS, 2003). Além disso, o Princípio 4 de Clark, Garcia e Caddy(1994) afirma que “a beira do mar é o ponto focal de programas de gestão costeira” (tradução minha).

Como exemplo da sua utilização do modelo de GIT, agora no que concerne, especificamente, ao CPIA, segundo o Grupo EBX (2011),

As obras são acompanhadas de investimentos sociais e ambientais no entorno, como o apoio ao Corredor Ecológico do Muriqui, fóruns temáticos e palestras que convidam a comunidade a discutir questões relacionadas à economia, à sociedade, ao ambiente e à cultura.

Outro trecho da mesma página do site assegura que a GIT é um “modelo de gestão participativa” que envolve todos os segmentos sociais.

A pesca marinha pode ser vista como o cruzamento dos aspectos econômico, ambiental e social que compõem a sustentabilidade. Entretanto, pelo menos no que concerne à interface entre terra e mar no Farol de São Tomé, os princípios que norteiam o modelo da GIT não se realizaram, pois a participação dos pescadores não foi solicitada, os investimentos sociais beneficiaram um seletivo e pequeno grupo, desta forma fragmentando os interesses da categoria, e não houve sequer reuniões ou outros eventos onde questões pertinentes poderiam ser discutidas.

Por sinal, embora os pescadores artesanais de Atafona, próximo à sede do município de São João da Barra tenham conseguido mais medidas compensatórias, os profissionais da pesca de Barra do Açu no 5º Distrito de São João da Barra apenas receberam a

reforma da sede da colônia. Este grupo tem participado de manifestações públicas protestando contra o CPIA (Figura 19).



**Figura 19 – Protesto de pescadores no 5º Distrito de São João da Barra
(Foto de Marcos Pedlowski)**

Portanto, visto que o Grupo EBX projetou um mega empreendimento, de tamanho nunca visto na América Latina, que reúne atividades petrolíferas, siderúrgicas, industriais, minerais e de construção de navios precisamente na interface continente-oceano, em região intocada por quaisquer atividades industriais, e que realizou sua implantação com a retirada forçada de agricultores familiares e sem dialogar com grande parte dos pescadores que ali vivem, parece, no mínimo, curioso que a *holding company* esteja promovendo discursos sobre sustentabilidade. Aliás, passivos ambientais do CPIA já resultaram em multa de R\$ 1,3 milhão a OSX e, segundo o Secretário Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc, o comportamento sigiloso da empresa após descobrir o problema “dá impressão de que estava querendo esconder o problema”(NOGUEIRA, 2013b).

É importante lembrar que desde o Relatório Brundtland(1987), vários teóricos têm apontado a impossibilidade de realizar sustentabilidade ambiental sem tratar de questões sociais, principalmente a questão de justiça social. Neste sentido, a implantação da Reserva Particular de Patrimônio Natural da Caruara, do Corredor Ecológico de

Muriqui e dos outros projetos não compensará à restinga impactada pelo CPIA ou às enormes transformações sociais que o mesmo causará.

Por outro lado, múltiplas pesquisas recentes sobre o fenômeno de pobreza, em todos seus contextos, têm aguçado nossa compreensão do que significa ser pobre. Em vez de visualizar os pobres como vítimas passivas de vicissitudes econômicas, estudiosos estão enfatizando o constante processo decisório utilizado por estes atores sociais em obter, gerenciar e explorar os capitais social, humano, natural e físico, além de financeiro, do que eles dispõem (FARRINGTON et al., 1999). Deste modo, os pescadores marinhos do Farol de São Tomé representam agentes que não são apenas dignos do direito de participar da elaboração do seu futuro, mas também um recurso valioso de conhecimentos sobre um ecossistema em risco e que tem importância inestimável para a sociedade maior. Segundo CASTELO BRANCO⁸, de modo geral, o pescador “favorece a manutenção dos ecossistemas”.

⁸CASTELO BRANCO, R. M. (Entrevista em 23 de out., Escritório Regional do IBAMA, Campos dos Goytacazes) Comunicação Pessoal, 2012.

Capítulo 7

Conclusão



Figura 20 – Barcos saindo para pescar

Os resultados deste estudo demonstram que os pescadores do bairro do Farol de São Tomé preveem impactos na sua atividade econômica em função da implantação do CPIA. O tipo de impacto que deveria causar mais transtornos, segundo os entrevistados, se relaciona com disputas espaciais entre as pequenas embarcações pesqueiras e navios de grande porte na área marinha. Concomitantemente, os profissionais da pesca do Farol temem conflitos sociais pelo espaço terrestre do Farol, citando como exemplo as desapropriações ocorridas no 5º Distrito de São João da Barra. O efeito das dragagens contínuas nas rotas e áreas de manobras dos navios sobre a pesca, principalmente a pesca de camarão, e sobre a fauna e composição bentônica, também é fator preocupante para a categoria. Ademais, os pescadores preveem também problemas relacionados a acidentes, vazamentos, a construção dos quebra-mares e piers e perfurações realizadas na região marinha.

Esse prognóstico do futuro da pesca do Farol representa uma ameaça ainda maior dado à vulnerabilidade social que caracteriza os pescadores. Com, em média, 41 anos de idade, provavelmente chefe de família, sem outro tipo de renda na família, com apenas

4 anos de estudo, sem curso profissionalizante em outra área e sem possuir barco próprio, o típico pescador não se sente apto para disputar um novo emprego com outros. Além disso, os efeitos que um colapso na pesca provocaria nas redes de capital social e na economia do Farol seriam devastadores, principalmente devido ao isolamento geográfico dessa comunidade e ao grande nível de qualificação que futuros empregos na região transformada exigirão.

Outrossim, as condições necessárias para um empreendimento sustentável, segundo a abordagem de Sustentabilidade Justa, não foram atendidas. Especificamente, condições de equidade entre os atores sociais não existem, o reconhecimento social do valor intrínseco de um grupo principal de *stakeholders* é inadequado e este grupo tem baixa participação nas decisões que afetam suas atividades econômicas e sociais.

Quanto à equidade, embora a orla do Farol de São Tomé represente uma fonte mensal de royalties milionários provenientes de petróleo para os cofres do município de Campos dos Goytacazes, fato que se justifica, em parte, pela possibilidade de danos ambientais provenientes de atividades petrolíferos *offshore*, os pescadores reclamam da infraestrutura da comunidade e da falta de investimento durante a maior parte do ano. Reclamam da falta de hospital no bairro, de um número insuficiente de médicos e remédios no posto de saúde e de falhas no sistema de esgoto no bairro onde a maioria dos pescadores reside. Além do mais, criticam a falta de investimentos na pesca, como um posto para a distribuição de combustível diesel, um frigorífico para conservar o pescado e um cais ou barra para a atracação dos barcos de pesca. Segundo a categoria, a comunidade do Farol é “esquecida” quando os veranistas não estiverem presentes. Além disso, cursos profissionalizantes são inexistentes ou mal distribuídos. Finalmente, o legado das Colônias de Pescadores, originalmente estabelecidas em 1920 não para representar pescadores, mas para controlá-los (MALDONADO; DOS SANTOS, 2011), deixou uma colônia no local que efetivamente cobra uma taxa mensal pela realização de serviços que são gratuitos perante as leis.

Essa falta de iniciativas de transferência de renda e de distribuição equitativa de infraestruturas públicas e pesqueiras influenciou respostas sobre o reconhecimento do valor social dos pescadores, onde este cenário, o baixo valor do pescado e percepções gerais da sociedade sobre os pescadores foram citadas para afirmar que, de modo geral, o valor dos pescadores não é reconhecido. Outros indicadores sustentam tal afirmação.

Assim, a grande maioria dos entrevistados nunca teve contato com as empresas privadas atuando na região, nem de representantes governamentais. Ademais, a maioria dos entrevistados afirma que não há oportunidades suficientes para registrar opiniões sobre o futuro da sua região.

As condições discutidas acima repercutiram em outra questão investigada na pesquisa: a de participação. Citando motivos que se resumem em alienação política, os pescadores participam pouco nas tomadas de decisões que podem afetar seu estado socioeconômico. Assim, a grande maioria desconfia da utilidade de eleições, audiências públicas e reuniões. Somente metade frequenta as assembleias da Colônia de Pescadores Z-19 e apenas 5% participam em uma associação de moradores.

Portanto, o conjunto de resultados levantado no presente estudo indica sérias falhas no processo envolvendo a promoção, deliberação e licenciamento do CPIA no Norte Fluminense. Apesar do uso frequente dos conceitos ‘desenvolvimento sustentável’, ‘sustentabilidade’ e ‘responsabilidade social’ por governantes e empreendedores, os dados apresentados não se correlacionam com as condições sociais que estes conceitos exigem. Embora estudiosos afirmem a impossibilidade de sustentabilidade sem a igualdade de condições entre as esferas sociais, ambientais e econômicas, os resultados do presente estudo mostram que, na elaboração e execução das políticas que nortearam a implantação do CPIA, as autoridades públicas enfatizaram considerações econômicas e desenvolvimentistas em detrimento das relações sociais existentes e dos ecossistemas ambientais que compõem a estrutura socioambiental.

Referências Bibliográficas

ABLE, K. W.; DUFFY-ANDERSON, J. T. A synthesis of impacts of piers on juvenile fishes and selected invertebrates in the Lower Hudson River. **Institute of Marine and Coastal Sciences**, v. 13, 2005.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 5, 2002.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía. Rio de Janeiro: Clacso/FAPERJ**, 2002.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000.

ADAMS, M. S. et al. Toxicity of a secondary-treated sewage effluent to marine biota in Bass Strait, Australia: Development of action trigger values for a toxicity monitoring program. **Marine Pollution Bulletin**, v. 57, n. 6, p. 587-598, 2008.

AGÊNCIA BRASIL. **Lei seguro-desemprego de pescadores é alterada**. Panorama Brasil. Rio de Janeiro: Galpão 2008.

AGYEMAN, J. **Just sustainability: reimagining equality, living within environmental limits**. AASHE Campus Initiative to Catalyze a Just and Sustainable World. Denver 2010.

AGYEMAN, J.; EVANS, T. Toward just sustainability in urban communities: Building equity rights with sustainable solutions. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 590, n. 35, 2003.

AKAN, O. et al. Simulation of stormwater runoff from marine drydocks. In: CHAMP, M.; FOX, T., et al, *Proceedings of Oceans*, 1999. Seattle, Washington. Marine Technical Society. p.1-16.

ALVES, P. **Rosinha Garotinho é reeleita prefeita de Campos dos Goytacazes, RJ**. Globo.com. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A. 2012.

ANTUNES, A. Brazil's richest man has lost half his fortune, or \$15.5 billion, making him year's biggest loser so far. New York, 2012. Disponível em: < <http://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2012/06/28/brazils-richest-man-has-lost-half-his-fortune-or-15-5-billion-making-him-years-biggest-loser-so-far/> >. Acesso em: 31 Ago 2012.

ARAÚJO, F. S. **Economia Solidária e Autonomia: uma análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado**. 2009. 89 (Mestrado). Programa de Engenharia de Produção, UFRJ, Rio de Janeiro.

ASSIS, A. M. D.; THOMAZ, L. D.; PEREIRA, O. J. Floristic survey of a restinga forest in Guarapari, Espírito Santo State, Brazil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 18, n. 1, p. 191-201, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Relatório dos impactos socioambientais do Complexo Portuário do Acu**. Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários, AGB. Rio de Janeiro. 2011

ATKINSON, S.; ATKINSON, M. J.; TARRANT, A. M. Estrogens from sewage in coastal marine environments. **Environmental Health Perspectives**, v. 111, n. 4, p. 531-535, 2003.

ÁVILA-DA-SILVA, A. O.; VIANNA, M. A produção pesqueira do Estado do Rio de Janeiro. In: VIANNA, M. (Ed.). **Diagnóstica da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SEBRAE-RJ, 2009. ISBN 978-85-87533-09-8

BAILEY, D.; SOLOMON, G. Pollution prevention at ports: clearing the air. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 24, n. 7, p. 749-774, 2004.

BAPTISTA, S. R. **Forest recovery and just sustainability in the Florianópolis city-region**. 2008. Doctorate (Doctor of Philosophy). Geography, Rutgers State University, New Brunswick, NJ.

BARBOSA, D. LLX recebe autorização da ANP para construir UTP. São Paulo, 3 Jun 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/llx-recebe-autorizacao-da-anp-para-construir-utp>>. Acesso em: 26 Ago 2012.

BARROS, D.; IKEDA, P. **As prefeituras fazem a festa com os royalties do petróleo**. Exame. São Paulo: Editora Abril. 1022 2012.

BARRY, J. **Environment and Social Theory**. New York: Routledge, 2007.

BECK, U. Viver no mundo de risco. **Economia e Sociedade**, v. 35, n. 3, Ago. 2006.

BEN NAYLOR, J.; NAIM, M. M.; BERRY, D. Leagility: integrating the lean and agile manufacturing paradigms in the total supply chain. **International Journal of Production Economics**, v. 62, n. 1, p. 107-118, 1999.

BLAIKIE, P. et al. At risk: natural hazards, people's vulnerability, and disasters. **Framework**, v. 4, p. 37-48, 1994.

BLANKFELD, K. **Eike Batista: Brazil is home to majority of South America's most powerful.** Forbes. New York: Forbes.com 2010.

BOULDING, K. E. The economics of the coming spaceship earth. **Radical political economy: Explorations in alternative economic analysis**, 1966.

BRADY, T.; DAVIES, A.; GANN, D. M. Creating value by delivering integrated solutions. **International Journal of Project Management**, v. 23, n. 5, p. 360-365, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, D.F.: Senado, 1988.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos. **Revista de Filosofia Política**, v. 1, 1997.

BROWN, B.; PERKINS, D. D. Disruptions to place attachment. In: ALTMAN, S. L. (Ed.). **Place Attachment**. New York: Plenum, 1992. p.279-304.

BRUNDTLAND, G. H. World commission on environment and development. **Our common future**, 1987.

BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality**. Boulder, CO: Westview Press, 1990.

_____. Environmental Justice for all: It's the right thing to do. **J. Envtl. L. & Litig.**, v. 9, p. 281, 1994.

BURNS, K. A.; SMITH, J. L. Hydrocarbons in Victorian coastal ecosystems (Australia): chronic petroleum inputs to Western Port and Port Phillip Bays. **Archives of environmental contamination and toxicology**, v. 11, n. 2, p. 129-140, 1982.

CAMERON, J.; ABOUCHAR, J. The Precautionary Principle: A Fundamental Principle of Law and Policy for the Protection of the Global Environment. **B.C. Int'l & Comp. L. Rev.**, v. 14, n. 1, 1991.

CARLTON, J. T. The scale and ecological consequences of biological invasions in the world's oceans. In: SANDLUND, O.;SCHEI, P., *et al* (Ed.). **Invasive species and biodiversity management**. Dordrecht: Kluwer, 1999. p.195-212. ISBN 0792368762.

CARLTON, J. T.; GELLER, J. B. Ecological roulette: the global transport of nonindigenous marine organisms. **SCIENCE**, v. 261, p. 78-82, 1993.

CARVALHO, F. E. A.; CALLOU, A. B. F. Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca no Estado de Pernambuco, 2003-2006. **Interações (Campo Grande)**, v. 9, n. 1, p. 65-76, Jan/Jun 2008.

CHANG, J. I.; LIN, C. C. A study of storage tank accidents. **Journal of loss prevention in the process industries**, v. 19, n. 1, p. 51-59, 2006.

CLARK, J. R.; GARCIA, S.; CADDY, J. **Integrated management of coastal zones**. Miami: FAO, 1994. ISBN ISBN 92-5-103275-0.

COIMBRA, C. **Draco investiga ameaças feitas a pescadores**. O Globo. Rio de Janeiro 2012.

COMMENDATORE, M. G.; ESTEVES, J. L. An assessment of oil pollution in the coastal zone of Patagonia, Argentina. **Environmental Management**, v. 40, n. 5, p. 814-821, 2007.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. Resolução Codefat 468. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocodefat468_2005.htm>. Acesso em: 13 Jul 2012.

COSTA NETO, E. M.; DIAS, C. V.; MELO, M. N. O conhecimento ictiológico tradicional dos pescadores da cidade de Barra, região do médio São Francisco, Estado da Bahia, Brasil. **Acta Scientiarum. Biological Sciences**, v. 24, p. 561-572, 2008.

COSTANZA, R. et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Ecological economics**, v. 25, n. 1, p. 3-15, 1998.

CRUZ-SUÁREZ, L. E. et al. Evaluation of two shrimp by-product meals as protein sources in diets for *Penaeus vannamei*. **Aquaculture**, v. 115, n. 1-2, p. 53-62, 8/15/ 1993.

CURRIE, D.; PARRY, G. Effects of scallop dredging on a soft sediment community: a large-scale experimental study. **Marine ecology progress series. Oldendorf**, v. 134, n. 1, p. 131-150, 1996.

CUTTER, S.; BORUFF, B.; SHIRLEY, W. L. Social vulnerability to environmental hazards. **Social Science Quarterly** v. 84, n. 2, p. 242-261, June 2003.

D'INCAO, F.; VALENTINI, H.; RODRIGUES, L. F. Avaliação da pesca de camarões nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. **Atlântica**, v. 24, n. 2, p. 103-116, 2002.

DALY, H.; COBB, J. **For the common good: redirecting the economy toward community, the environment and a sustainable future**. Boston: Beacon Press, 1989.

DALY, H. E. Toward some operational principles of sustainable development. **Ecological economics**, v. 2, n. 1, p. 1-6, 1990.

DARBRA, R. M.; CASAL, J. Historical analysis of accidents in seaports. **Safety science**, v. 42, n. 2, p. 85-98, 2004.

DATAPREV. Definições Básicas. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.dataprev.gov.br/servicos/cadint/DefinicoesBSegurado.htm>>. Acesso em: 11 Jul 2012.

DE OLIVEIRA, C. ATUAÇÃO DO GRUPO EBX E GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO NO NORTE FLUMINENSE: O PÚBLICO EO PRIVADO COMO X DA QUESTÃO. **Revista Vitas-Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, n. 3, 2012.

DE OLIVEIRA OTAL, M. et al. UM OLHAR SOCIAL SOBRE A SAÚDE DOS PESCADORES TRADICIONAIS DA LOCALIDADE DE ATAFONA, SÃO JOÃO DA BARRA-RJ. **ENCONTRO NACIONAL DOS NÚCLEOS DE PESQUISA APLICADA EM PESCA E AQUICULTURA**, 2012.

DELFINO, J. INEA multará o porto do açúcar por salinizar canais. **O Diário**, Campos dos Goytacazes, 2013. Disponível em: <<http://www.odiariorj.com/inea-multara-o-porto-do-acucar-por-salinizar-canais/>>. Acesso em: 1 fev 2013.

DI BENEDITTO, A. A pesca artesanal na costa norte do Rio de Janeiro. **Bioikos**, v. 15, n. 2, p. 103-107, 2001.

DI BENEDITTO, A. P. M.; SEMENSATO, X. E. G. Population Dynamic and Reproduction of *Artemesia longinaris* (Decapoda, Penaeidae) in Rio de Janeiro State, South-eastern Brazil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 34, p. 89-98, 2008.

DIAS, C. B. **A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII**. 2010. 139 Departamento de História, UFF, Niterói.

DIAS, J. **Gestão integrada das zonas costeiras: mito ou realidade.** 2º Congresso sobre Planejamento e Gestão da Zona Costeira dos Países de Expressão Portuguesa. Recife 2003.

DIEGUES, A. C. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

DITTY, J. M.; REZENDE, C. E. Public participation, artisanal fishers, and the implantation of a coastal megaproject. **Revista Sociedade e Natureza**, v. 25, n. 1, p. 51-60, 2013.

DRAKE, J. M.; LODGE, D. M. Global hot spots of biological invasions: Evaluating options for ballast-water management. **Proceedings of the Royal Society of London. B**, v. 271, n. 1539, p. 575-580, 2004.

_____. Hull fouling is a risk factor for intercontinental species exchange in aquatic ecosystems. **Aquatic Invasions**, v. 2, n. 2, p. 121-131, 2007.

DREW, J. A. Use of traditional ecological knowledge in marine conservation. **Conservation Biology**, v. 19, n. 4, p. 1286-1293, 2005.

EBX, G. Desenvolvimento Territorial Integrado. **Gestão sustentável**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ebx.com.br/pt-br/gestao-sustentavel/Paginas/DesenvolvimentoTerritorialIntegrado.aspx>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

ECOLOGUS. **Relatório de impacto ambiental: Infraestruturas do distrito industrial de São João da Barra.** Rio de Janeiro. 2011

EVEREST TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA. **Relatório de Impacto Ambiental de Sísmica.** Agosto. 2008

FAROL NOTÍCIAS. **Impacto ambiental: Petrobrás e IBAMA discutem tema em audiência pública.** Blog Farol Notícias. Campos dos Goytacazes: Blogger 2010.

FARRINGTON, J. et al. Sustainable livelihoods in practice: early applications of concepts in rural areas. **Natural Resource Perspectives**, v. 42, June 1999.

FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, p. 609-617, 2012.

FERES, S. A. P. **Levantamento de informações da comunidade pesqueira: Baseados na ictiologia dos pescadores do Farol de São Tomé.** 2010. 96 Monografia (Licenciatura em

Biologia). Ciências da Natureza, Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes.

FIGUEROA, R. M. Bivalent environmental justice and the culture of poverty. **Rutgers University Journal of Law and Urban Policy**, v. 1, n. 1, p. 27-44, 2003.

FISHER, M. L. **What is the right supply chain for your product?**Harvard Business Review. Watertown, MA: Harvard Business Publishing: 105-117 p. 1997.

FLANAGAN, R. J. **Globalization and labor conditions: working conditions and worker rights in a global economy**. New York: Oxford University Press, USA, 2006. ISBN 0195306007.

FORBES. Eike Batista. New York, 2012. Disponível em: <<http://www.forbes.com/profile/eike-batista/>>. Acesso em: 31 Ago 2012.

FORSTER, I.; BABBITT, J.; SMILEY, S. Nutritional Quality of Fish Meals Made from By-Products of the Alaska Fishing Industry in Diets for Pacific White Shrimp (*Litopenaeus vannamei*). **Journal of Aquatic Food Product Technology**, v. 13, n. 2, p. 115-123, 2004/07/26 2004.

FORT, E.; MASSARDIER-PILONCHÉRY, A.; BERGERET, A. Psychoactive substances consumption in French fishermen and merchant seamen. **International archives of occupational and environmental health**, v. 83, n. 5, p. 497-509, 2010.

FRASER, N. **Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation**. THE TANNER LECTURES ON HUMAN VALUES. Stanford University 1996.

FREDERICKSON, H. G. **Social equity and public administration : origins, developments, and applications**. Armonk, N.Y: M.E. Sharpe, Inc, 2010. ISBN 9780765624710 (cloth : alk. paper)

0765624710 (cloth : alk. paper)

0765624729

9780765624727.

FREITAS, B. V.; OLIVEIRA, E. L. Impactos socioeconômicos da construção do Complexo Portuário-industrial do Açú sobre a população e o território de São João da Barra. **Revista Geografia**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2012.

GARCIA, S. M. The Precautionary Principle: its implications in capture fisheries management. **Ocean & Coastal Management**, v. 22, n. 2, p. 99-125, 1994.

GISLASON, H. Ecosystem effects of fishing activities in the North Sea. **Marine Pollution Bulletin**, v. 29, n. 6, p. 520-527, 1994.

GLASER, B. G. The constant comparative method of qualitative analysis. **Social problems**, v. 12, n. 4, p. 436-445, 1965.

GLASS, J. J. Citizen participation in planning: the relationship between objectives and techniques. **Journal of the American Planning Association**, v. 45, n. 2, p. 180-189, 1979.

GROOT, S. J. An assessment of the potential environmental impact of large-scale sand-dredging for the building of artificial islands in the North Sea. **Ocean Management**, v. 5, p. 211-232, 1979.

GRUPO EBX. Sobre o grupo. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ebx.com.br/pt-br/grupo-ebx/Paginas/SobreoGrupo.aspx>>. Acesso em: 31 Ago 2012.

HADERLIE, E. Ecological implications of breakwater construction in Monterey harbour. **Marine Pollution Bulletin**, v. 2, n. 6, p. 90-92, 1971.

HALL, S.; BASFORD, D.; ROBERTSON, M. The impact of hydraulic dredging for Razor clams *Ensis sp.* on an infaunal community. **Netherlands Journal of Sea Research**, v. 27, n. 1, p. 119-125, 1990.

HAYMAN, B. et al. **Technologies for reduced environmental impact from ships: Ship building, maintenance and dismantling aspects**. ENSUS-2000. Newcastle upon Tyne, UK 2000.

HELLIWELL, J. F.; PUTNAM, R. D. Economic growth and social capital in Italy. **Eastern Economic Journal**, v. 21, n. 3, p. 295-307, 1995.

HOLANDA FERREIRA, A. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

HOLLINGWORTH, H. L. The central tendency of judgment. **The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 7, n. 17, p. 461-469, 1910.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. BRASIL. Brasília 2010.

INSTITUTO HIDROGRÁFICO. **Regulamento internacional para evitar abalroamentos no mar, 1972: inclui as emendas aprovadas na 12a. Assembleia da Organização Marítima Internacional**: Instituto Hidrográfico 1983.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Work in fishing convention and recommendation 2007. Action plan 2011-2016.** Geneva, Switzerland 2011.

INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION. Text adopted for the conference. International Convention for the Control and Management of Ships' Ballast Water and Sediments, 2004. London.

_____. Ballast water management. London, 2011a. Disponível em: <<http://www.imo.org/ourwork/environment/ballastwatermanagement/Pages/Default.aspx>>. Acesso em: 19 Novembro 2012.

_____. Prevention of pollution by sewage of ships. London, 2011b. Disponível em: <<http://www.imo.org/OurWork/Environment/PollutionPrevention/Sewage/Pages/Default.aspx>>. Acesso em: 22 Novembro 2012.

JAGDEV, H.; BROWNE, J. The extended enterprise-a context for manufacturing. **Production Planning & Control**, v. 9, n. 3, p. 216-229, 1998.

JICK, T. D. Mixing qualitative and quantitative methods: Triangulation in action. **Administrative science quarterly**, v. 24, n. 4, p. 602-611, 1979.

JOHNSON, G. D. et al. Stress and distress among Gulf of Mexico shrimp fishermen. **Human organization**, v. 57, n. 4, p. 404-413, 1998.

JOHNSON, G. D.; THOMAS, J. S.; RIORDAN, C. A. Job stress, social support and health amongst shrimp fishermen. **Work & Stress**, v. 8, n. 4, p. 343-354, 1994/10/01 1994.

KURY, K.; REZENDE, C.; PEDLOWSKI, M. **O entendimento da população de São João da Barra sobre a influência do mega-empreendimento do Complexo Portuário e Industrial do Açú em seu cotidiano.** V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis 2010.

LAGOS, A. R.; MULLER, B. D. L. A. HOTSPOT BRASILEIRO-MATA ATLÂNTICA. **Saúde & Ambiente em Revista**, v. 2, n. 2, 2009.

LEE, G. F.; JONES-LEE, A. Regulating water quality impacts of port and harbor stormwater runoff. International Symposium on Prevention of Pollution from Ships, Shipyards, Drydocks, Ports, and Harbors, 2003. New Orleans, LA.

LLX. Maior draga do mundo no Superporto do Açú. **Notícias**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1392&lng=br&sid=14&tpl=view_ultimas_noticias>. Acesso em: 26 Ago 2012.

_____. Programas de apoio à pesca. **Gestão sustentável**, Rio de Janeiro, 2012a. Disponível em:
<<http://www.llx.com.br/pt/gestao-sustentavel/Paginas/programas-de-apoio-a-pesca.aspx>>. Acesso em: 27 Dez 2012.

_____. Projetos socioambientais do superporto do Açú. 2012b. Disponível em:
<<http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=318&lng=br>>. Acesso em: 22 Jul 2012.

_____. Superporto do Açú. 2012c. Disponível em:
<<http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162&lng=br>>. Acesso em: 24 Ago 2012.

MACEDO, S.; ALEX-ASSENSOH, Y. M. **Democracy at risk: How political choices undermine citizen participation and what we can do about it**. Washington: Brookings Institution Press, 2005. ISBN 0815754043.

MALDONADO, F.; DOS SANTOS, A. C. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 8, n. 3, 2011.

MARINHO, R. I. **Paglia confere mercado e participa de leilão de camarão em Farol de São Tomé**. Globo Mar. REQUENA, S. Rio de Janeiro: Rede Globo 2012a.

_____. **Pescadores capturam camarão pelo arrasto o que danifica o ambiente**. Globo Mar. REQUENA, S. Rio de Janeiro: Rede Globo 2012b.

MARTÍNEZ ALIER, J. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Furb, 1998.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

MCKINNON, A. The present and future land requirements of logistical activities. **Land Use Policy**, v. 26, p. 293-301, 2009.

MCLOYD, V. C. Socialization and development in a changing economy: The effects of paternal job and income loss on children. **American Psychologist**, v. 44, n. 2, p. 293, 1989.

MILIBAND, R. Análises de classes. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (Ed.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1996. p.471-502.

MORAES, R. **11 EIAs/Rimas sobre os empreendimentos do Açú**. Blog do Roberto Moraes. Campos dos Goytacazes: Blogger. 2013 2011a.

_____. **Soffiati: "De todos os empreendimentos previstos até agora, considero o estaleiro da OSX como o mais impactante de todos"**. Blog do Roberto Moraes. Campos dos Goytacazes: Blogger 2011b.

_____. **Terminal Sul do Porto do Açú**. Blog do Roberto Moraes. Campos dos Goytacazes: Blogger 2011c.

_____. **Siderúrgicas do Açú?**Blog do Roberto Moraes. Campos dos Goytacazes: Blogger 2012.

MORROW, B. H. Identifying and mapping community vulnerability. **Disasters**, v. 23, n. 1, p. 1-18, 1999.

MOTTA, D. Pesquisa faz diagnóstica da pesca do camarão sete barbas no norte do estado. **Boletim Interna**, 28 Jul 2012 2010. Disponível em: <http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=6485>.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Diário oficial. Campos dos Goytacazes, 2012. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/40634384/dom-goy-rj-18-09-2012-pg-1> >. Acesso em: 28 Set 2012.

MURRAY, G.; BAVINGTON, D.; NEIS, B. Local ecological knowledge, science, participation and fisheries governance in Newfoundland and Labrador: A complex, contested and changing relationship. **Participation in Fisheries Governance**, p. 269-290, 2005.

NETO, J. C. D.; VOGEL, A.; VALPASSOS, C. A. M. **Historia de pescador: o direito do ponto de vista nativo**. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, BA: Associação Brasileira de Antropologia 2008.

NOGUEIRA, D.; ROSA, B. **Usina de problemas: CSA, que já recebeu R\$ 695 milhões em alívio fiscal, está a venda e pode fechar alto-forno**. O Globo. Rio de Janeiro: Organizações Globo 2012.

NOGUEIRA, M. MPF quer parar obras do Porto do Açú. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 de jan. 2013a. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2991602/mpf-quer-parar-obras-do-porto-do-acu>>. Acesso em: 1 de fev.

_____. RJ multa OSX em R\$ 1,3 milhão por salinização no Porto do Açú. **Valor Econômico**, São Paulo, 2013b. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2992678/rj-multa-osx-em-r-13-milhao-por-salinizacao-no-porto-do-acu>>. Acesso em: 3 fev 2013.

NORMAN-MAJOR, K. Can we achieve equity for social equity in public administration? **Journal of Public Affairs Education**, v. 17, n. 2, p. 233-252, Spring 2011.

O'RIORDAN, T. The new environmentalism and sustainable development. **Science of the total environment**, v. 108, n. 1, p. 5-15, 1991.

O GLOBO. **Na China, produção de aço já enfrenta desaceleração**. O Globo. Rio de Janeiro: Organizações Globo 2012.

OGX. Finalizada a reforma da sede da colônia Z-19, de Farol de São Tomé, Campos. **Sala de imprensa**, 25 Jul 2012 2011. Disponível em: <<http://www.ogx.com.br/pt/sala-de-imprensa/noticias/Paginas/Finalizada-reforma-da-sede-da-Col%C3%B4nia-Z-19,-de-Farol-de-S%C3%A3o-Tom%C3%A9,-Campos.aspx>>.

OLIVEIRA, L. R. C. Concepções de igualdade e cidadania. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, p. 35-48, Jan.-Jun. 2011.

PACHECO, T. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental Fortaleza 2006.

PEARCE, D. An intellectual history of environmental economics. **Annual Review of Energy and the Environment**, v. 27, n. 1, p. 57-81, 2002.

PERCOT, A.; VITON, C.; DOMARD, A. Optimization of Chitin Extraction from Shrimp Shells. **Biomacromolecules**, v. 4, n. 1, p. 12-18, 2003/01/01 2002.

POFFO, Í. R. F. **Gerenciamento de riscos ambientais no Complexo Portuário de Santos na ótica ecossistêmica** 2007. 171 (Doutorado). Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PORTAL MARÍTIMO. OSX divulga evolução da obra na UCN Açú. 2012. Disponível em: <<http://portalmaritimo.com/2012/05/15/osx-divulga-evolucao-da-obra-na-ucn-acu/>>. Acesso em: 26 Ago 2012.

PRAHALAD, C.; HAMEL, G. The core competence of the corporation. **International Library of Critical Writings in Economics**, v. 163, p. 210-222, 2003.

PRESSEY, A. A theory of the Müller-Lyer illusion. **Perceptual and Motor Skills**, v. 25, n. 2, p. 569-572, 1967.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, R. e SETÚBAL, M. (Ed.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAWLS, J. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. **Lua Nova**, v. 25, p. 25-59, 1992.

REES, W. E. Economic development and environmental protection: an ecological economics perspective. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 86, p. 29-45, 2003.

REIS, R. P. Caracterização da assembléia fitobentônica da praia do Kutuca, ilha da Marambaia, baía de Sepetiba, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 23, n. 2, p. 297-304, 2009.

REUTERS. Chinesa Wuhan desiste de siderúrgica com EBX no Brasil--jornal. **Reuters**, 2 Set 2012 2012. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE86200U20120703>>.

RITTER, P.; GALHEIGO, F. A. Pesca fluminense: História, sociologia e perspectivas. In: VIANNA, M. (Ed.). **Diagnóstica da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SEBRAE-RJ, 2009. ISBN 978-85-87533-09-8.

RITTO, C. **O que leva Dilma Rousseff à pequena São João da Barra**. *Veja*. São Paulo: Abril 2012.

RIX, K. J.; HUNTER, D.; OLLEY, P. C. Incidence of treated alcoholism in north-east Scotland, Orkney, and Shetland fishermen, 1966-70. **British Journal of Industrial Medicine**, v. 39, n. 1, p. 11-17, February 1, 1982.

ROBINSON, J. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological economics**, v. 48, n. 4, p. 369-384, 2004.

ROCHA, C. et al. The remnants of restinga habitats in the Brazilian Atlantic Forest of Rio de Janeiro state, Brazil: habitat loss and risk of disappearance. **Brazilian Journal of Biology**, v. 67, n. 2, p. 263-273, 2007.

RODRIGUES, A. OSX inicia em julho obras de estaleiro no Porto do Açú. São Paulo, 27 Jun 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/osx-inicia-em-julho-obras-de-estaleiro-no-porto-do-acu>>. Acesso em: 26 Ago 2012.

RONZA, A. et al. Predicting the frequency of accidents in port areas by developing event trees from historical analysis. **Journal of loss prevention in the process industries**, v. 16, n. 6, p. 551-560, 2003.

ROSELAND, M. Sustainable community development: integrating environmental, economic, and social objectives. **Progress in Planning**, v. 54, p. 73-132, 2000.

SALES, G. A pesca artesanal no Farol de São Thomé. 11 Jul 2012 2011. Disponível em: <<http://www.coloniadepescadoresz19.com.br/2011/08/blog-post.html#more>>.

SCHLOSBERG, D. Reconceiving environmental justice: Global movements and political theories. **Environmental Politics**, v. 13, n. 3, p. 517 – 540, 2004.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios das políticas sociais para a América Latina**. Fórum Latino-Americano de Políticas Sociais: Abordagens e Desafios. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro 2007.

SHAW, J. D. et al. Turnover, social capital losses, and performance. **Academy of Management Journal**, v. 48, n. 4, p. 594-606, 2005.

SILVA, J. G.; OLIVEIRA, A. S. A VEGETAÇÃO DE RESTINGA NO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ (1). **Acta bot. bras**, v. 3, p. 2, 1989.

SILVA, J. S. V. et al. ÁGUA DE LASTRO. **CIÊNCIA HOJE**, v. 32, n. 188, p. 38-43, 2002.

SILVA TELES, R. Design ergonômico de embarcações de pesca: experiência de ação participativa no desenvolvimento de projeto de produto. **Revista Ação Ergonômica**, v. 7, n. 1, 2012.

SILVANO, R. A. M.; VALBO-JØRGENSEN, J. Beyond fishermen's tales: contributions of fishers' local ecological knowledge to fish ecology and fisheries management. **Environment, Development and Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 657-675, 2008.

SLABBEKOORN, H. et al. A noisy spring: the impact of globally rising underwater sound levels on fish. **Trends in Ecology & Evolution**, v. 25, n. 7, p. 419-427, 2010.

SOARES, C. G.; TEIXEIRA, A. Risk assessment in maritime transportation. **Reliability Engineering & System Safety**, v. 74, n. 3, p. 299-309, 2001.

SOFFIATI, A. GERENCIAMENTO ECOLÓGICO DOS CANAIS DO NORTE FLUMINENSE. **Revista Vitas-Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, n. 1, set. 2011.

SOUZA, T. N. D. **Avaliação dos impactos causados pela implantação do Complexo Portuário do Açú sobre as atividades da pesca artesanal marinha na região do Norte Fluminense**

2010. (Mestrado). Engenharia Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campos dos Goytacazes - Macaé, RJ.

SPAUL, M. **Sustainability appraisal and environmental justice: From policy screening to social learning**. Anglia Ruskin University. Cambridge, UK. 2009

TECNOLOGÍSTICA ONLINE. **Superporto do Açú abre suas portas**. Revista Tecnológica. São Paulo: Publicare. 17 Jul 2012.

TOSCANO, G. Dangerous jobs. **Compensation and Working Conditions**, v. 2, p. 57-60, 1997.

TSIHRINTZIS, V. A.; HAMID, R. Modeling and management of urban stormwater runoff quality: A review. **Water Resources Management**, v. 11, n. 2, p. 136-164, 1997.

VEJA. **Justiça paralisa obras de siderúrgica no Superporto do Açú**. Veja. Rio de Janeiro: Abril 2012.

WARR, P.; JACKSON, P.; BANKS, M. Unemployment and mental health: Some British studies. **Journal of social issues**, v. 44, n. 4, p. 47-68, 1988.

YARNAL, B. Vulnerability and all that jazz: Addressing vulnerability in New Orleans after Hurricane Katrina. **Technology in Society**, v. 29, p. 249–255, 2007.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira das Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 97-107, Out 2008.

ANEXOS I

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PESCADORES

Resumo: Este trabalho está sendo elaborado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e investiga o grau de inclusão dos pescadores do mar do Farol de São Tomé no processo decisório político da região. Haverá total sigilo de nome dos participantes da pesquisa.

Nome do Entrevistado: _____

Data: ____ / ____ / ____

1. Idade (anos): ____
2. Sexo: ____ Masculino ____ Feminino
3. Quantos anos o senhor pratica a pesca? _____
4. Escolaridade (anos de estudo completo) _____
5. O senhor possui barco de pesca? ____ Sim ____ Não
 - i. (Se sim) Tem mais que um barco? Quantos? ____
 - ii. (Se não) Você aluga um barco? _____
 - > Quanto é o aluguel? _____
6. O senhor recebe (ou recebia, antes de se aposentar) o seguro de desemprego da pesca entre 1 de março e 30 de maio? ____ Sim ____ Não
7. O senhor possui outra fonte de renda a não ser a pesca em si e o seguro de desemprego? ____ Sim ____ Não
(Se sim) Qual? _____
8. Alguém da sua família possui outra forma de renda e/ou bolsa do governo? ____
Sim ____ Não Qual? _____
9. Já participou de algum curso profissionalizante? ____ Sim ____ Não
(Se sim) Qual? _____
10. Se não fosse pescador, você sabe qual seria o tipo de atividade econômica que faria? ____ Sim ____ Não Qual? _____
11. Em sua opinião, os profissionais da pesca marinha são valorizados no Brasil? ____
Sim ____ Não Pode explicar?: _____

12. O senhor costuma participar das assembleias da Colônia dos Pescadores Z-19?
____ Sim ____ Não Por quê? _____

-
13. O senhor considera as ações da colônia Z-19 positivas? ___ Sim ___ Não Por quê? _____
14. Qual tipo de ação o senhor gostaria de ver a colônia Z-19 tomar futuramente?

15. Já teve algum contato com representantes das empresas que estão operando na região? ___ Sim ___ Não
- (Se sim) Saberria informar qual foi a empresa? _____
- (Se sim) Poderia informar qual foi o assunto tratado? _____
-
16. Já foi procurado por algum representante do governo? ___ Sim ___ Não
- (Se sim) Qual foi o assunto tratado? _____
- (Se sim) Saberria informar se era do Município, Estado ou Federal?

17. Em sua opinião, há oportunidades de registrar sua opinião sobre o futuro da pesca na região? ___ Sim ___ Não
- Pode explicar sua resposta? _____
18. Em sua opinião, a participação em eleições, reuniões, audiências públicas, etc., pode influenciar as decisões que afetam a pesca na região? _____
- Pode explicar sua resposta? _____
19. O senhor participa de alguma associação de moradores? ___ Sim ___ Não
- (Se sim,) Qual? _____
- (Se não,) Conhece alguma associação? _____
20. Antes do início das obras no Açú, houve oportunidades de registrar sua opinião sobre o futuro da região? ___ Sim ___ Não
- (Se sim) Qual/Quais? _____
21. O senhor se sente beneficiado pelo Superporto do Açú? ___ Sim ___ Não
- Por quê? _____
22. Já detectou transtornos na pesca oriundos do Superporto do Açú? _____
- Quais? _____
23. O senhor acha que as atividades relacionadas ao Superporto poderiam impactar a pesca? ___ Como? _____
24. Na opinião do senhor, qual é o maior problema de infraestrutura do Farol?

-
25. Se tivesse que dar uma nota de 0 a 10 para o Governo Municipal qual seria esta nota? ____ Por quê? _____
26. Se tivesse que dar uma nota de 0 a 10 para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, qual seria esta nota? ____ Por quê? _____
27. Qual o nome do Governador? (Sabe __ / Não sabe __)
28. Qual o nome do Prefeito? (Sabe __ / Não sabe __)

ANEXOS II

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADA AOS PESCADORES

1. O senhor considera importante a participação dos pescadores no processo do licenciamento do Superporto do Açú? Por quê?
2. O senhor já reparou alguma mudança na pesca após o início das obras do Superporto? Qual ou quais?
3. Alguém procurou a opinião do senhor antes ou durante o processo de licenciamento do Superporto? Quem?
4. Houve audiências públicas sobre o Superporto? Onde e quando?
5. O senhor participou de alguma audiência sobre o Superporto? Se não tivesse a oportunidade, o senhor participaria? Por quê?
6. O que o senhor acha da maneira em que o processo de licenciamento do Superporto foi conduzido?

ANEXOS III

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADA AOS ESPECIALISTAS

1. A senhora/o senhor considera o Complexo Portuário-Industrial do Açú um empreendimento compatível com o conceito de sustentabilidade? Por quê?
2. Quais impactos o superporto poderá provocar sobre a pesca do Farol de São Tomé?
3. Houve oportunidades para a plena participação dos pescadores no processo decisório que definiu o empreendimento? Quais?
4. O valor social dos pescadores é reconhecido pelas autoridades públicas e pelos empreendedores? Por quê?